



INFRA S.A.  
ASSEMBLEIA GERAL  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS PORTUÁRIOS E AQUAVIÁRIOS

Documento nº 8624109/2024/SUPAQ-INFRA/DIRAN-INFRA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AG-INFRA

Brasília, na data da assinatura.

Processo nº 50050.005498/2023-84

Interessado: Superintendência de Projetos Portuários e Aquaviários

**ANÁLISE TÉCNICA**  
**LRE Nº 08/2024 - LOTE 6**

**OBJETO:** "Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

<b>RECORRENTES:</b>	<b>GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA E INFRAS ENGENHARIA LTDA</b>
<b>RECORRIDAS:</b>	<b>CONSÓRCIO EAGLE-HIDROTOPO</b>

Encerrada a sessão, sendo lavrada a Ata, foram registrados os seguintes prazos recursais:

- Recurso: até 08/07/2024;
- Contrarrazões: até 15/07/2024;
- Decisão da CPL: até 22/07/2024; e
- Decisão da Autoridade Superior: até 29/07/2024.

**1. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PELA ÁREA TÉCNICA:**

1.1. Para efeitos de padronização, baseados na Minuta Modelo Análise - Recurso Administrativo (SEI nº 8582456), com as adequações necessárias, informamos que foi utilizado como padrão o Documento de Análise Técnica- GRAF Consultoria em Engenharia (8605841), do Lote 5, que já se utilizou da Minuta fornecida pela DIRAF.

1.2. Em que pese se informar que os **recursos apresentados mereciam provimento** (item 4.2, do Documento de Análise Técnica - GRAF e INFRAS (8606914)), retornam os autos para complementação das informações.

1.3. O Ofício 115 Lote 6 (8611807), em seu item 20, colaciona os seguintes aspectos relacionados à impossibilidade de aproveitamento do profissional CLÓVIS DE AZEVEDO:

"20. Diante dos documentos apresentados nos autos, a Comissão verificou que:

20.1. Primeiramente, cabe registrar que eventuais diligências na documentação técnica são realizadas mediante solicitação da unidade demandante, momento no qual a Comissão encaminha para o licitante,

informando qual ou quais documentos serão diligenciados.

20.2. A jurisprudência indicada no item 14.24 do Edital permite a apresentação de documentação que ateste condições pré-existent à abertura da sessão em sede de diligências:

14.24 O Presidente da CPL poderá solicitar documento complementar destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU).

20.3. Conforme **Respostas 4 e 5 do 2º Caderno de Perguntas e Respostas**, que foram encaminhadas por meio do Ofício 362 (SEI nº 8431222), a capacidade técnica profissional exigida está elencada na **Ação 2 - SUPAQ 1**. Dessa forma, **os demais profissionais elencados na Ação 3 - SUPAQ2, não eram passíveis de habilitação técnica profissional**.

20.4. Esse entendimento foi assentado na Resposta 5 do 4º Caderno de Perguntas e Respostas disponibilizado, conforme abaixo:

PERGUNTA 5: Das experiências profissionais que trata o item 8.14 do TR (subitens a) e b), estas devem ser comprovadas no momento de execução do projeto e não no momento de qualificação da equipe técnica, este entendimento está correto?

RESPOSTA SUPAQ/DIPLAN: Sim, todavia a licitante deve verificar a equipe que deverá ser indicada na qualificação técnica operacional, conforme indicado na resposta 4 do 2º Caderno de Perguntas e Respostas, disponível em: <https://www.infrasa.gov.br/licitacoes/rle-edital-no-008-2024/>.

20.5. Portanto, os profissionais abaixo identificados não poderiam ter sido considerados para fins de habilitação na capacidade técnica profissional:

	Perfil - AÇÃO 3 - SUPAQ 2	Profissional
1	Especialista em portos, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão portuária	André Pimentel André Pimentel Júnior
2	Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Ana Beatriz Sampaio Reginaldo Gonçalves
3	Economista, com experiência em <i>business valuation</i>	Carina Dal Pai Clóvis de Azevedo
4	Eng. Ambiental	Leonardo Steineir Tainara Silveira
5	Especialista em análise de dados de movimentação portuária	Leonardo Tristão Bruno Teixeira

20.6. Em relação aos profissionais indicados pela licitante para fins de habilitação da capacidade técnica profissional para compor a equipe da **Ação 2 - SUPAQ 1**, a SUPAQ/DIPLAN analisou da seguinte forma, em resumo:

	Perfil - AÇÃO 2 - SUPAQ 1	Profissional Indicado	Profissional Analisado/Habilitado
1	Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária.	<b>Augusto Sampaio</b> Nathércia Guimarães	<b>Não aceito.</b> Nathércia Guimarães
2	Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Ricardo Schechtel	Ricardo Schechtel
3	Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário	Gabriel Scotti	Gabriel Scotti
4	Economista, com experiência em business valuation	Tiago Buss	Tiago Buss
5	Oceanógrafo, com experiência em hidrografia	Augusto Mueller	Augusto Mueller
6	<b>Especialista em análise de dados de navegação interior</b>	<b>Luiz Cláudio Duarte Dalmolin</b>	<b>Não analisado.</b> <b>Não foi encaminhada documentação.</b>

20.7. Assim, verifica-se que, aparentemente, conforme o **Documento de Análise Técnica - GRAF e INFRAS (SEI nº 8606914) da SUPAQ**, aprovado pela DIPLAN, assiste razão às recorrentes nos argumentos relativos ao profissional "Especialista em análise de dados de navegação interior" pela ausência de documentação comprobatória da experiência e aceitação de profissional não indicado pela licitante para o perfil, **descumprindo-se o item 8.14, alínea "b" - Ação 2 - SUPAQ 1, do Termo de Referência (SEI nº 8226060)**, bem como às **Respostas 4 e 5 do 2º Caderno de Perguntas e Respostas e Resposta 5 do 4º Caderno de Perguntas e Respostas.**"

1.4. Por seu turno, o Ofício 123 Complemento ao Ofício 115 (8626918), agora em análise exauriente, colaciona os seguintes aspectos relacionados à impossibilidade de aceitação dos documentos

comprobatórios do LUIZ CLÁUDIO DUARTE DALMOLIN, enviados quando das contrarrazões:

"3. O Edital RLE nº 8/2024 (SEI nº 8384586), que rege o presente certame, determinou que

11.1. **Será desclassificado o licitante que:**

11.1.1. **Deixar de enviar** a proposta de preços e/ou **documentação de habilitação solicitada** pelo Presidente da CPL;

[...]

11.6. É facultado à CPL a realização de diligência(s) destinada(s) a **esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações, prestadas pelo Licitante**, constantes de sua Proposta e de eventuais documentos a ela anexados.

[...]

**14.24 O Presidente da CPL poderá solicitar documento complementar destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU).**

**14.25. SERÁ INABILITADO O LICITANTE QUE:**

[...]

**b) Enviar documentação incompleta em desacordo com o Edital;**

[...]

**d) Não apresentar a documentação referente à Qualificação Técnica**, ou apresentá-la de forma incompleta ou com certidões em desacordo com o Edital;

[...]

4. Em situações regulares de qualquer procedimento licitatório regido pela Lei nº 13.303/16, o § 3º do artigo 57 determina a condução do procedimento da seguinte forma:

Art. 57

[...]

§ 3º A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão, **em qualquer fase da licitação, promover diligências** destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documentos** ou informações que deveriam constar originariamente da proposta. 5. No caso analisado no Ofício supra mencionado, **não se trata de realização de diligências destinadas à auferir condição preexistente do licitante**, conforme orienta a jurisprudência informada no Edital, **já que a unidade técnica não solicitou a diligência cabível para o profissional cuja documentação não foi apresentada no momento adequado."**

1.5. Com efeito, consignamos que as diligências são solicitadas, quando necessário, para *esclarecer ou pormenorizar alguma informação que não restou clara, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame*. Precedentes do TCU.

1.6. No presente caso, uma vez que as comprovações do profissional LUIZ CLÁUDIO DALMOLIN não estavam presentes na documentação de habilitação e se realizou a análise do profissional CLÓVIS DE AZEVEDO **para fins de habilitação**, não se entendeu necessária a realização de diligências a serem solicitadas quando da análise técnica (Parecer 1 de habilitação Lote 6 SUPAQ (8523922)), **encaminhada à comissão de licitação nos termos do Ofício 437** (8527761).

1.7. Da Análise dos Recursos e das contrarrazões, com base no Edital e seus anexos, com supedâneo no excerto acima do Ofício 115 Lote 6 (8611807) e do Ofício 123 Complemento ao Ofício 115 (8626918), adotados como razão de decidir, em complemento à análise anterior, conclui-se:

- Em relação ao Recurso Administrativo da empresa GRAF CONSULTORIA EM ENGENHARIA e GARIN INFRAESTRUTURA ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, informamos que para o perfil de Especialista em Hidrovias foram apresentados 2 (dois) profissionais, sendo que, para a habilitação mínima exigida, a profissional Nathercia Guimarães atendeu aos pré-requisitos exigidos para a Ação 2 - SUPAQ1. Portanto, em relação ao Profissional Augusto Sampaio, informamos que ele não foi considerado, por não atender aos requisitos ali estabelecidos.
- Em relação ao perfil de "Especialista em análise de dados de navegação interior", **o profissional LUIZ CLAUDIO DALMOLIN não apresentou documentação comprobatória da experiência na habilitação**. Oportuno registrar que este profissional não foi inicialmente analisado, nem objeto de diligência, em busca de celeridade processual. Isso, visto que a licitante havia apresentado um vasto rol de profissionais, dos quais o profissional CLÓVIS DE AZEVEDO comprovaria experiência compatível, tecnicamente passível de ser aceito na função em referência. Contudo, após apresentação de recursos e contrarrazões, essa referida substituição de profissional proposta pela SUPAQ de modo

proativo, foi considerada inadequada pela Comissão de Licitação, conforme exposto no Ofício 115 Lote 6 (8611807), visto que deveria ser respeitada as indicações de profissionais e funções designadas pela licitante. Oportuno também registrar que, em suas contrarrazões, a licitante apresentou a comprovação de experiência preexistente do profissional LUIZ CLAUDIO DALMOLIN.; e,

- Em relação ao perfil de Especialista em análise de dados de navegação interior, CLÓVIS DE AZEVEDO, nos termos da fundamentação do Ofício 115 Lote 6 (8611807), item 20, não tendo sido arrolado na AÇÃO 2 - SUPAQ 1, não é possível considerá-lo na equipe mínima.

## 2. DA CONCLUSÃO

2.1. Considerando que a ausência de diligência do profissional LUIZ CLAUDIO DALMOLIN, durante a avaliação técnica dos documentos de habilitação, decorre de decisão desta SUPAQ posteriormente considerada inadequada pela Comissão de Licitação, conforme descrito na análise, **resta a ratificação pela Comissão de Licitação, do entendimento expresso no Ofício 123 Complemento ao Ofício 115 (SEI 8626918) quanto à extemporaneidade da apresentação de experiência apresentada em sede de contrarrazões para fins de habilitação.**

2.2. Ante o exposto, por tudo que nos autos consta, caso mantido o entendimento desta douda Comissão de Licitação conforme parágrafo acima, no que tange à habilitação técnica, se conclui pelo **PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Administrativo - GRAF - Lote 6 (8574086) e do Recurso Administrativo - INFRAS (8574096), com a conclusão pela inabilitação técnica da empresa,** sugerindo o encaminhamento à SULIC/DIRAF para prosseguimento.

**EDGARDO ERNESTO CABRERA CHAMBLAS**

Assessor Técnico IV

**FERNANDO CORREA**

Superintendente de Projetos Portuários e Aquaviários



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CORRÊA DOS SANTOS, Superintendente de Projetos Portuários e Aquaviários**, em 24/07/2024, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **EDGARDO ERNESTO CABRERA CHAMBLAS, Assessor Técnico IV**, em 24/07/2024, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8624109** e o código CRC **0C48720E**.



Referência: Processo nº 50050.005498/2023-84



SEI nº 8624109

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70.070-010  
Telefone: